

Vontade de fantasia: crítica da razão fantástica e da objetividade

The will of fantasy: critique of fantastic reason and objectivity

Gustavo de Castro

Professor na Faculdade de Comunicação/UnB, doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP, mestre em Educação pela UFRN

Verônica Guimarães Brandão

Doutoranda no PPGCOM/Faculdade de Comunicação na Universidade de Brasília (UnB), mestre em Comunicação Social pela UnB

Dioclécio Luz

Jornalista, mestre em Comunicação no PPGCOM da Universidade de Brasília

Resumo: A imprensa tem dificuldade em lidar com temas da metafísica e do invisível; quando muito, esses temas interessam à imprensa sob o foco do escândalo, enquanto charlatanismo. Submetida à investigação jornalística, a transcendência é alvo de ironia, piada ou deboche, e a metafísica, pauta remota.

Palavras chave: “jornalismo”; “objetividade”; “fantasia”.

Abstract: *The press has difficulty dealing with themes of metaphysics and the unseen; when these very topics of interest the press under the focus of the scandal, while quackery. Submitted to investigative journalism, transcendence is the target of irony, joke or debauchery, and the metaphysics, remote guideline.*

Keywords: *Journalism. Literature. Magical realism. Myth. Gabriel García Márquez.*

Fantasia da objetividade jornalística

O jornalismo acalenta a fantasia da objetividade enquanto sofre os problemas da impotência dos métodos que adotou para dar conta da realidade. Historicamente, a imprensa sempre teve problemas na abordagem da metafísica e do invisível: alma, espírito, antepassados, mediunidade e “efeitos paranormais” são assuntos sem valor-notícia. Quando muito, o tema interessa à imprensa enquanto escândalo ou charlatanismo. A transcendência como motivo de investigação jornalística é alvo de ironia, piada ou deboche e a metafísica, pauta remota. Por mais que assuma o ceticismo, vemos que o jornalismo ainda padece de civilidade (no sentido da deferência pela alteridade) quando o assunto apresenta-se como o oposto dos limites defendidos pela imprensa.

A fantasia da objetividade constrói a ilusão (por meio de técnicas narrativas) de clareza e concisão, de exatidão e neutralidade. A objetividade permitiria ao repórter o distanciamento do pensamento pessoal e político, garantindo-lhe um texto isento de qualquer tipo de percepções do seu autor, incluindo suas emoções. Esta ideia/crença está associada ao jornalismo moderno, que se pretende distanciado dos fatos para compor uma realidade vista a partir de um sujeito pretensamente neutro.

O jornalismo é uma versão da realidade elaborada pelas práticas profissional e textual. Narra o que vê de acordo com um ponto de vista ideológico, a consciência, formação e limites da cultura do repórter, além de seguir as regras da empresa. A questão da objetividade se choca diretamente com aquela que se entende por fantasia. Como lidar com o que não pode ser relatado ou narrado como “fato normal”? A metafísica, o anormal, o “paranormal”, o “esquisito”, o que está fora das regras da física, pode se adequar aos padrões da objetividade e clareza solicitados pelo jornalismo moderno? “Pode o fantástico, uma linguagem essencialmente poética destinada a provocar comoções, contrariar os cânones do jornalismo profissional e manifestar-se onde reina a precisão?” (MOTTA, 2006, p. 93). O jornalismo lida com o verossímil, o explicável. Ocorre que o fantástico, ao contrário, é a irrupção do inverossímil, “manifestação irracional enquanto expressão de algo irreal, estranho ou sobrenatural percebido por nós” (MOTTA, 2006, p. 57).

Luiz Motta verificou que pessoas que avistam discos voadores, que fazem cirurgias mediúnicas, que se comunicam com outros mundos, outros espaços físicos e temporais são quase sempre tratadas pela imprensa de forma debochada, o que é uma maneira de desqualificar o fenômeno. Quando não ridiculariza, tenta demonstrar que se trata de fraude. O fenômeno seria uma tentativa de ludibriar os incautos e, quase sempre, com objetivos financeiros (MOTTA, *op. cit.*). O tratamento para o fantástico parte do pressuposto de que o fato é sempre uma farsa criada por alucinados ou espertalhões dispostos a obter renda com aquilo. Aqui, o fato jornalístico não é o fenômeno que foge às regras do normal, mas a alucinação dos personagens envolvidos. Ou há alguém tentando

enganar os outros; ou foram todos enganados. Para este tipo de cobertura, *a priori*, o fenômeno é uma mentira, uma invenção dos personagens envolvidos na história. Não há magia, mas charlatanismo.

Neste ponto, convém distinguir dois conceitos de mágico. O primeiro diz respeito ao ilusionismo. Mágico é aquele que consegue iludir as pessoas e realiza truques. Seu talento está na criação de um “ritual farsante” que sugere o rompimento das regras da normalidade física ou temporal. O mágico cumpre um contrato estabelecido com o público: o mágico se propõe fazer coisas aparentemente anormais, estranhas, esquisitas, mas o público sabe que isto é somente um show, como um filme, uma peça de teatro. De fato, nenhuma regra da “normalidade” foi quebrada. O bom mágico é aquele que melhor “engana seu público”. O melhor mágico é aquele que faz surgir a indagação: “como ele conseguiu fazer isso?” Admira-se o farsante. O que ele faz tem uma dupla característica: é inverossímil quando “parece” fora da normalidade e é verossímil porque se sabe (e todos sabem) que se trata de uma ilusão – conforme o “contrato assinado”, nenhuma lei da física foi quebrada.

Outra noção de mágico faz parte do campo da antropologia. Aqui, mágico é aquele que consegue manipular as energias. São os xamãs, feiticeiros, bruxos, paranormais, médiuns... Também este mágico faz contrato com o público. Mas é o oposto do outro conceito. Se o outro mágico estabeleceu a farsa intersubjetiva; o xamã não pode iludir, jamais pode dar a entender que se trata de uma farsa. São condições apriorísticas: o mágico, *a priori*, é um farsante assumido; o xamã, *a priori*, não pode ser um farsante – ou deixa de ser xamã. Se o xamã não é um farsante, como inseri-lo nas páginas do jornal? Como tratar o fenômeno que ele provoca ou diz provocar? Como tratar seus relatos se eles fogem às regras da normalidade? Aqui entra um outro elemento a se considerar, a noção do sagrado. O sagrado, observa Mircea Eliade (1992), não existe no mundo, não é algo dado pela natureza ou pela cultura, ele é um *construto* do homem “religioso”. Uma pedra ou um livro são sagrados porque alguém ou um grupo assim o decidiu. A comunidade sacralizada está à parte do mundo “profano”, então define seus limites, suas fronteiras, separando os “puros” (os de dentro) dos “não-puros” (de fora). O sagrado não é necessariamente uma teofania ou uma hierofonia. Não há necessidade de religião para um lugar se tornar sagrado. O sagrado é uma relação entre as pessoas e a “coisa” ou as “coisas”.

O sagrado legitima e traz para “este mundo” aquilo que antes era do reino da fantasia. Aqui o fantástico é aceito pelo jornalismo. O jornalismo não ridiculariza as narrativas (obtidas de segunda mão de um livro antigo) de um personagem que se diz filho de deus e ter curado pessoas, andado sobre as águas e subido aos céus. Tampouco debocha da história de um personagem que moraria no polo Norte e que, para voar, faz uso de um trenó puxado por renas. O jornalismo não debocha de quem diz “incorporar” alguém que já morreu, ou a capacidade desta pessoa de conversar com os mortos.

O que faz a diferença de histórias como essas e dos relatos tradicionais do fantástico é o sagrado. E, mais que isso, *o sagrado dominante*. Transformado em religião ou integrado à cultura dominante, ele é institucionalizado. E ao jornalismo, enquanto reproduzidor desta cultura, cabe reafirmar este sagrado. Entenda-se como “sagrado dominante”, objetos, rituais, mitos e tudo o que determinado grupo hegemônico cultural aceite como tal. Quando se trata do fantástico, o jornalismo irá excluir (debochar, destruir) aquilo que não for sagrado, mais exatamente, vai tentar eliminar o que não fizer parte do sagrado dominante. Finalmente, deve-se considerar aquilo que parece irracional, “maluco”, “pirado”, para determinadas culturas, mas não são para outras. O casamento na igreja, por exemplo, tão sagrado para os cristãos, é considerado “maluquice” para determinados grupos aborígenes; “incorporar” um extraterrestre e se preparar para o final dos tempos é considerado normal pela comunidade que estuda e pratica a “ufologia esotérica”. Isto leva a concluir que a objetividade no jornalismo sofre de impotência ao lidar com o sagrado e a alteridade. Ao lidar com o “sagrado dominante” (e seus fatos insólitos) o jornalismo não questiona, não duvida – ao contrário, reafirma este sagrado. Em contrapartida, o que estiver fora desse campo deve ser eliminado.

Disseminação e modificação de temas fantásticos

A fantasia, enquanto notícia, é relatada muitas vezes sob o tom do patético. *Fantasia (Phantasie)*, para os gregos, *imaginação (Imagination)* para os romanos, *força imaginativa (Einbildungskraft)* para os alemães e imaginário, atualmente, sob influência dos autores franceses, é a capacidade de fazer algo surgir de fora para dentro (inspiração) e de dentro para fora (criação/expiração). “A fantasia possibilita discernir imagens mesmo quando o imaginado não está presente” (WULF, 2006, p. 44). Quando ouvimos uma conversa ou lemos sobre algo sobrenatural, mágico, somos capazes de imaginar temas fantásticos em ação. Obviamente, elementos fantásticos são importantes ingredientes de persuasão. Para o sociólogo Arnold Gehlen, o homem “estaria classificado corretamente tanto como ser da fantasia tanto como ser da razão” (1993, p. 374 *apud* WULF, 2006, p. 44).

Na visão de Christoph Wulf (op. cit.), professor de antropologia e filosofia da educação, são quatro aspectos distintos em relação à fantasia: 1) participação dos homens na cultura; 2) a fantasia colaborando com a “recriação” de outras culturas e mundos humanos para o entendimento do ser-diferente; 3) ligação entre o consciente e a fantasia (força que coopera na formação do mundo de imagens humano fora da consciência, que se articula em sonhos, nos fluxos dos desejos e das forças vitais) e, finalmente, 4) desejo e capacidade de realizar o desejado de modo hipotético. Parece-nos que o desejo da fantasia é mudar o mundo, “ainda que antes espontaneamente, à maneira de um evento vagabundeando, e não tanto estrategicamente” (ISER, 1991, p. 293-294 *apud* WULF, 2006, p. 44.).

A fantasia é tomada como superstição pela mídia. O universo fantástico ganha “re-significações simbólicas que migram do campo religioso para o campo da magia”, tornando-se superstições (PEREIRA, 2005, p. 31). Superstição tem estreita ligação com a religião ou o sagrado. O campo mágico e o campo sagrado possuem um liame tênue. “Magia e religião de fato vão misturados no mundo vivido (...), na vida real, na ordem dos fatos e não dos conceitos, magia e religião convivem, formam um ecossistema. Mundo afora a magia se forma, se enrama e floresce em ambientes religiosos” (PIERUCCI, 2001, p. 98-99).

O relato de assuntos fantásticos, sobrenaturais, mágicos, circunstâncias extraordinárias e o medo pelo desconhecido, era algo recorrente nos *fait divers*. Segundo o jornalista Mário de Lucca Erbolato (1991, p. 97), *fait divers* “é qualquer notícia que, pelas características do que relata, rompe de forma extraordinária e insólita a vida cotidiana, causando impacto ao leitor”. Os *fait divers* foram criados pelo e para o jornal. O termo somente apareceu, segundo a escritora Marlyse Meyer (1996, p. 97), a partir de 1863, com Moïse Polydore Millaud em seu *Le Petit Journal*.

As notícias diversas (variedades) eram consumidas por leitores atraídos por temas cotidianos da cultura popular. Os *fait divers* possuíam um tom mundano e indefinido, que tinham como características a contradição, o patético, a presença da ficção, o extraordinário, a coincidência e o inesperado. A historiadora Valéria Guimarães, em seu texto *Apontamentos para a história do fait divers no Brasil* (2006), relata a origem francesa do termo e suas traduções para o português: Notícias Diversas, Fatos Diversos, Variedades ou Folhetim. O *feuilleton-roman* (folhetim), como um antepassado do *fait divers*, era apenas uma seção no rodapé do jornal que se dedicava a assuntos leves, variedades e “dramatizações da vida real, em par com a ficção”. Além dos *fait divers*, existiam as *nouvelles* que eram “notícias contadas por um nouvelliste em praça pública”. As *nouvelles* passavam de boca-a-boca, como uma criação coletiva, sendo modificadas ao desejo e imaginação do ouvinte. Impressas, as *nouvelles* eram conhecidas como *canards*¹(ou *ocasionelles*), desde 1488, um dos mais autênticos antepassados dos *fait divers*. Os *canards* eram vendidos aos berros pelos “canardeiros”.

As notícias breves são as mesmas em todos os jornais. (...). De lá vem esta necessidade cotidiana de tirar consequências contrárias e de chegar necessariamente de um lado e de outro do absurdo, para que os jornais possam existir. É nas Notícias Breves que se produzem os *Canards*. (...). A relação do fato anormal, monstruoso, impossível e verdadeiro, possível e falso, que servia de elemento aos *Canards*, foi chamada então nos jornais de *Canard*, com tanta razão pelo fato de que não é feito sem penas, e que pode ser colocado em qualquer molho. (BALZAC, 2004, p. 52-53).

¹Na obra “Os Jornalistas” de Honoré de Balzac, *canard* significa “pato” em francês, mas também é “boato” ou “pasquim”. Eram notícias que extraíam “penas” (dó, pesar ou repugnância) dos leitores (2004, página 52).

Os *canards* possuíam em seu conteúdo aquilo que o filósofo esloveno Slavoj Žižek (2003) chama de *l'effet de l'irréel*, ou seja, notícias ficcionais eram aceitas como “reais”. E, atualmente, é assim que algumas notícias fantásticas são aceitas pelos leitores, como “realidade” cotidiana, apesar de serem transmitidas com certo deboche. Porém, segundo o autor, a “realidade é um produto do discurso, uma ficção simbólica que erroneamente percebemos como entidade autônoma real” (ŽIŽEK, 2003, p. 36). Prevalendo o “deserto do real”, o que nos resta é apreciar notícias fantásticas/exóticas/bizarras, verdadeiros oásis do imaginário.

Ainda sobre os *fait divers*, ao discorrer sobre as estruturas destes, Roland Barthes (2007) afirma:

(...) *fait divers* é uma arte de massa: seu papel é, ao que parece, preservar no seio da sociedade contemporânea a ambiguidade do racional e do irracional, do inteligível e do insondável; e essa ambiguidade é historicamente necessária, na medida em que o homem precisa ainda de signos (o que o tranquiliza), mas também na medida em que esses signos são de conteúdo incerto (o que o irresponsabiliza) (BARTHES, 2007, p. 67).

A imaginação amplia os sentidos e propulsiona a vida. O sobrenatural é alimentado pelas chamas do natural. O racional se alimenta da irracionalidade, assim como o homem tenta desmagificar a existência usando o mundo mágico/mítico/sobrenatural para se explicar “Ser” no mundo. Se na atualidade as notícias narram vivências do cotidiano e do efêmero, o jornalista parece buscar o que há de perene e básico em um fato, mesmo que o acontecimento seja insólito. A realidade só existe em sintonia com a fantasia. Criamos deuses, heróis, seres fantásticos que perduram por gerações, até décadas, transcendem e tornam-se mitos. Porém, quando o mito perde contato direto com a concretude, com a realidade que nos circunda, transforma-se em abstração, fantasia, sobrenaturalidade, passando a habitar nosso imaginário. Por qual motivo não duvidamos de seres engendrados pela religião (anjos, santos milagreiros, espíritos de fogo, virgens grávidas, águas bentas, entes ressuscitados) que assolam os jornais em épocas consideradas “santas”, mas duvidamos e fazemos troça de seres engendrados pela magia (pomba-gira, feiticeiros, bruxas, alienígenas, espíritos)? O sacerdote não é um tipo de mago, com suas invocações, rituais, encantos? Para o sociólogo Antônio Flávio Pierucci (2003), ao discorrer sobre o “desencantamento do mundo” weberiano, o desenvolvimento cultural racionalizou a religião. A magia é o momento anterior à religião, é seu estágio primordial, recortado idealmente, efetivamente e até violentamente (“caça às

bruxas”) da religiosidade. “Magia é coerção do sagrado, compulsão do divino, conjuração dos espíritos; religião é respeito, prece, culto e sobretudo doutrina. A normatividade que corresponde à magia é o tabu; a normatividade que vai resultar da religião é a ética religiosa” (PIERUCCI, 2003, p. 70).

O jornalismo flerta com a anormalidade, e mesmo a normalidade é tida com alguma estranheza. O absurdo passa a integrar o cotidiano como um fato corriqueiro. Eventos insólitos, exóticos, fantásticos, interessam ao jornalismo enquanto assunto folclórico, variedades para risos e chacotas sociais. Segundo relato do jornal *Correio Paulistano*, a feitiçaria era um embuste empregado por charlatães. Os “barbarismos” das práticas mágicas eram punidos pelas forças policiais:

O delegado (...) tendo conhecimento de que o pardo José de Oliveira e sua mulher Carolina de Oliveira, moradores num casebre existente na rua Coelho, nas proximidades do Matadouro, se entregava a toda sorte de bruxaria, effectuou ali uma busca, aprendendo grande parte de ingredientes e quinquilharias empregados neste mister. José de Oliveira, que há 4 annos exerce esse meio de vida, esteve antes residindo em Jundiahy, onde explorava abertamente os incautos, dizendo que curava qualquer doença e arranjava tudo, que se desfaz-se até casamentos ricos. Às pessoas doentes José applicava tais charopadas, que, em vez de produzir melhoras, agravavam mais a enfermidade fazendo, às vezes, succumbir o cliente. Sobre o facto foi aberto o competente inquerito, em que depoz o menor Francisco Amelio, espia dos feiticeiros. (CORREIO PAULISTANO, 4/9/1906 apud KOGURUMA, 2001, p. 137).

Alguns jornais substituíam as matérias de crimes violentos, ou catástrofes, para explorar temas sobrenaturais. Foi o que ocorreu com as edições do jornal *A Noite*, em 1931, sobre a negra, pobre e benzedeira Manoelina Maria de Jesus, conhecida como “A Santa de Coqueiros”, que fazia curas com “água milagrosa”. Segue o relato da morte da “Santa de Coqueiros”, presente na obra “História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000”:

Ontem, as últimas horas da tarde, estive em casa de Manoelina e com ela palestrei, durante largo espaço de tempo. A ‘Santa’ estava de pé, gozando de perfeita saúde. Hoje, muito cedo, mandou ela um portador chamar-me (...) Entramos no quarto de Manoelina. Ela estava prostrada: Que tem? perguntamo-lhes. A Moça, com temperatura muito elevada, segurou-me pela mão e disse: Fui avisada... E não disse mais nada.(...) Manoelina agoniza, lentamente seus olhos cerraram-se, sua boca emudeceu. Apenas o coração lhe arfa, com compasso desmedido. Contempla-lhe a fisionomia e ela tem a serenidade dos justos. (A NOITE, 01/05/1931, p. 1 apud BARBOSA, 2007, p. 93)

Tanto o pardo José de Oliveira quanto a negra Manoelina, pobres e “curadores” de doentes, tiveram seus casos relatados em jornais. Porém, José e sua esposa eram considerados bruxos, feiticeiros, e mereciam punição. Já Manoelina era considerada “santa” e digna de respeito e primeira página. O jornalismo assume o paradoxo *daimon*-santo ao citar temas fantásticos, exercendo uma divisão clara entre magia e religião. Magia, feitiçaria são assuntos relatados com escárnio e preconceito. Já a religião e seus “seres sagrados” são relatados cheios de licença poética.

Magia em Brasília

A fantasia faz parte da história. Gilberto Freyre já observou que todo lugar tem uma história natural e uma sobrenatural. O mito se cria e se incorpora à história, refazendo a história, estabelecendo culturas. Em Brasília, por motivos que não cabem aqui analisar, instalou-se uma diversidade de grupos, seitas, movimentos espiritualistas, sincretismos religiosos, pessoas com capacidades “paranormais”. Estes produzem relatos e eventos fantásticos que fazem parte de um sagrado, mas um sagrado aceito por pessoas e grupos outsiders, não dominantes. O semanário brasiliense JOSÉ – *Jornal da Semana Inteira*, adotou o fantástico como pauta durante o período de 1985 a 1994, inicialmente no formato de coluna, *José muito curioso*, posteriormente, devido ao sucesso junto aos leitores, com página inteira com o título *Jornal do mistério*. O JOSÉ tinha o formato tabloide e se extinguiu no final dos anos 1990, era comandado pelo jornalista Luiz Gutemberg e enfatizava quatro editorias: política, economia, artes/cultura e comportamento.

O repórter e redator da página,² buscavam não somente o fantástico, mas o diferente e o original. A pauta incluía religiões, seitas, grupos místico-esotéricos, espiritualistas; xamanismo, bruxaria, milagres, magos, fenômenos, curas, exorcismos; experiências singulares, viagens intergalácticas, contatos extraterrestres, mediunidade especial, profecias; artes divinatórias; práticas de tarô, quiromancia, astrologia; publicações, rituais e objetos sagrados. De imediato decidiu-se que não seria usado o modelo padrão de tratamento jornalístico para o fantástico – a desqualificação daquilo que não faz parte do sagrado dominante. Os personagens dessa cultura *outsider* não seriam tratados como “malucos”, “pirados”, ou como “um bando de espertalhões tentando enganar as pessoas”. O repórter decidiu que seria mantida a narrativa jornalística, mas com uma leitura antropológica do fenômeno. Isto é, enquanto matéria jornalística, o fenômeno seria apurado, o personagem seria questionado, testemunhas seriam inquiridas. O jornalístico iria valorizar a narrativa como fato inserido na sua cultura. Ao invés de comparar com a cultura e o sagrado dominante, o fato seria visto dentro do seu campo.

²Jornalista Dioclécio Luz.

Ao sair para o trabalho de campo, o repórter procurou entender as experiências do sagrado como porta de acesso a outra lógica, aos relatos do milagroso, do inexplicável e do fantasioso. Descobriu que cada fato era único e singular, não carecia de preconceitos. O repórter não descartou a experiência estética somente pelo fato de ser “inexplicável para ciência”. O jornalismo seria mediador, caber-lhe-ia a função de traduzir e relatar o que ocorria “do lado de lá”, a partir das testemunhas ouvidas. O jornalista também quis “explicar o que parecia inexplicável”. Se o entrevistado afirmava ser capaz de conversar com um extraterrestre, o repórter não buscava explicações físicas para o fato. Tratava o assunto como narrativa e “contação” de histórias. A narrativa era reconhecida e aceita pelo público não como “verdade”, não como uma narrativa mitológica, mas jornalística. Esta se permitia enveredar pela “verdade” do fantástico sem causar constrangimentos. A postura do repórter, ao tempo que garantia o respeito ao narrador e a sua história, também preservava o leitor de uma possível mistificação. O narrador, evidentemente, sacralizava sua narrativa; o jornalismo não reforçou nem desqualificou, ele deu visibilidade ao sagrado. Para traduzir este mundo do fantástico, o repórter pactuou-se com ele: teve que participar dos mais diversos e “estranhos” rituais, beber o daime (*ayuasca*), ler publicações da área, “colaborar” em operações mediúnicas, visitar templos, ouvir relatos, analisar propostas “mirabolantes”, acompanhar a realização de fenômenos “paranormais”, entrevistar “viajantes do espaço” e até “extraterrestres” (como se diziam alguns). Os sete anos de jornalismo tratando do fantástico em Brasília, resultaram em dois livros³ e um vídeo⁴.

É possível falar dos aspectos oníricos da narrativa e do jornalismo sem recorrer ao tema do fantástico e dos níveis de realidade? O jornalismo trata a realidade como mágica quando a notícia preenche um conjunto de níveis informacionais bem próximos àqueles da literatura e do cinema: níveis de narração dentro de níveis de ficção; níveis de descrição dentro de níveis de enquadramentos, níveis de passagens entre níveis de leituras e assim por diante, numa cadeia complexa e fluida, espécie de palimpsesto de realidades possíveis (HABERMAS, 2002, p. 240). A este amálgama denso, implicado e intrincado, Jurgen Habermas chamou de “contextualismo radical”, obviamente se referindo ao modelo literário de Ítalo Calvino. O que Ítalo Calvino, especialmente no romance *Se um viajante numa noite de inverno* (1979), demonstrou, segundo Habermas (2002), foi a necessidade do narrador não se perder em meio à diversidade de focos, tantas são as entradas e saídas, os diversos subconjuntos no interior do mundo e dos submundos narrados.

³LUZ, Dioclécio. Roteiro mágico de Brasília, vol. I, Brasília: Codeplan, 1986; LUZ, Dioclécio. Roteiro mágico de Brasília, vol. II, Brasília: autor, 1989.

⁴Brasília, mistério e magia. Direção: Célio Calmon. Roteiro e reportagens: Dioclécio Luz. Produção Hórus Vídeo. 1992.

A linguagem pode se tornar autônoma (...) assumindo forma de destino epocal do ser, de delírio dos significantes e, assim retrabalhada, superar as fronteiras entre o significado textual e metafórico, entre a lógica e a retórica, entre a fala séria e a fictícia (HABERMAS, op. cit., p. 237).

Em seu “contextualismo”, o jornalismo (sobretudo o literário) consegue de tal forma absorver conjuntos de realidades e efeitos potencialmente reflexivos, a ponto de suscitar uma realidade formada apenas de realidades inventadas. Trata-se de um terceiro olhar, formado pela revisão articulada entre o real e a fantasia, puro campo de probabilidades e recriações. Neste sentido, o jornalismo literário pode ser exercício do pensamento, empenho da racionalidade comunicativa na compreensão dos limites do mundo. A “fala fictícia” do jornalismo literário é capaz de gerar mais interesse do que a “fala séria” da realidade, simplesmente, devido à sua capacidade de lograr.

O logro, que é preciso aqui diferenciar da ilusão, é responsável por boa parte do contexto de fantasia não só na literatura, mas na espécie animal, como nos mostrou Boris Cyrulnik (1999) em seus estudos sobre as formas de encantos. Sabemos, a partir de suas pesquisas etológicas, que a base daquilo que chamamos de encanto (e desencanto) é gerada no logro, que é algo situado justamente entre a fantasia e a realidade. Lograr vem do latim *lucrare*, “ganhar”, tirar proveito, enganar com astúcia, produzir efeito que gerará resultado esperado. Logro vem de *lucru*, gerar artifício, engano propositado, manobra que visa produzir ilusão. É aqui que logro e ilusão se diferenciam. O logro não é ainda a ilusão, embora seja um dos princípios para produzi-la. Iludir, por sua vez, do latim, *iludere*, aponta para um viver no erro, equívoco dos sentidos e da mente que faz com que se tome uma coisa por outra, vivendo conscientemente sem que o erro seja notado. É necessário um choque de consciência, mudança de convicção ou outra ação qualquer para que a ilusão seja “descortinada” e outra realidade se apresente no lugar como “real”. As ideologias geralmente tomam para si este papel do desvelamento.

O logro é menos que a ilusão, não passa de um artifício acintoso, como o cinema e a literatura, e proposital. No logro, reconhecemos quase sempre conscientemente que estamos sendo enganados, e nos deixamos seduzir por ele porque, muitas vezes, é sedutor, forte, capaz de gerar efeitos de presença mais do que a realidade em si. A ilusão é de outra ordem. Sua natureza é a do disfarce que não se quer deixar revelar. Não a reconhecemos imediatamente; somos quase que “dominados” por sua “luz” acachapante e total. Tomamos a ilusão por realidade, vencidos pela efusão. É a ilusão [p. ex.: do filósofo, do cientista e do jornalista] que critica e condena o poeta, assumindo para si a superação da desilusão, o que cria o princípio para novas ilusões.

Como a literatura, o jornalismo contextualiza radicalmente logros e ilusões. “O logro é eficaz porque põe a profundidade na aparência, ao passo que a

ilusão nos engana no real” (CIRULNYK, 1999, p. 247). Cyrulnik nos mostra em suas pesquisas que o ser vivo prefere o logro à estimulação natural. Mostra que a ontogênese do lograr é o jogar, trata-se muito mais de um teatro que visa produzir encanto passageiro do que a produção permanente e duradoura de imagens e ideias “reais”. O encanto exercido pela encenação é evocado semelhante a um teatro: “É por isso que os revolucionários dão tanta importância ao teatro ou ao cinema, que lhes fornecem um laboratório onde, ao porém em cena as suas próprias representações sociais, tentam moldar as dos outros” (*Ibidem*). Em contrapartida os que estão envolvidos no fantástico – seita, religião, manifestação paranormal, contatos – incorporam não somente o cognitivo da atividade, mas também os personagens deste teatro sobrenatural. Estes – em alguns casos imponderados como guias, “mestres”, dentro da hierarquia – dentro do ritual, dentro desta grande encenação, “revelam” a existência de uma complexa relação entre as diversas camadas do real e as muitas da fantasia. Não há como tratar disso com a objetividade do jornalismo.

Neste sentido, ao cobrir o fantástico de Brasília, o JOSÉ tinha remoto, mas bem intencionado desejo de praticar um jornalismo próximo da invenção e da narrativa, quase apartado dos níveis clássicos de realidade adotados pela dita narrativa objetiva.

Conclusões

O jornalismo tem como desafio a abordagem daquilo que se entende por fantástico. A narrativa objetiva, porém, não é capaz de tratar do tema porque ele foge às disciplinas da realidade. Regra geral, aponta Motta (2006), a abordagem do fantástico é feita de forma debochada ou relacionada à má fé. Exceção é feita quando esse jornalismo cobre aquilo que se entende por “sagrado dominante”; neste momento o fantástico é apresentado como parte da realidade. No entanto, há um jornalismo que consegue olhar para o fenômeno de uma forma singular, articulando o real e a fantasia pela narrativa. Considera-se, no caso, aquilo que Habermas (2002) observou, analisando o romance de Ítalo Calvino: o narrador não se perde em meio à diversidade de focos, apesar das muitas entradas e saídas para os mundos e submundos observados. Ele constrói um caminho. Inventa uma língua mediante um caminho de linguagem.

Por um período de nove anos (1985-1994) o *Jornal da Semana Inteira-JOSÉ*, cobriu o fantástico em Brasília. Os temas foram tratados como narrativa e contação de histórias. O papel do repórter era traduzir o fenômeno para o leitor, garantindo a visibilidade (cultural, antropológica) do que era sagrado para o contador, mas sem mistificá-lo. Não havia deboche nem desprezo ao tratar de fenômenos que eram distintos do “sagrado dominante”. O jornalista foi o narrador desses encantamentos, também ele re-criando o logro e ampliando o encantamento. Mas não espanta que seja assim, posto que, observa

Cirulnyk (1999), o ser humano prefere o logro à estimulação natural.

Referências bibliográficas

BALZAC, Honoré. Os Jornalistas. Tradução João Domenech. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CYRULNIK, Boris. *Do Sexto Sentido – O Homem e o Encantamento do Mundo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Ática, 1991.

GUIMARÃES, Valéria. In. Revista Jornalismo Brasileiro, São Paulo, 7a. ed. , 2006. Dossiê Policial. Disponível em: < http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/dossie7_d.htm>. Acesso em: 26 jul. 2012.

HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2002.

KOGURUMA, Paulo. *Conflitos do imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na “Metrópole do café”, 1890-1920*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

MOTTA, Luiz G. *Notícias do fantástico*, São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006.

PEREIRA, José Carlos. *O encantamento da sexta-feira santa: manifestações do catolicismo no folclore brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *A Magia*. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. *O desencantamento do mundo: todos os passos de um conceito*. São Paulo: Editora 34, 2003.

WULF, Christoph. Linguagem, imaginação e performatividade: novas perspectivas para a Antropologia Histórica. In: BAITELLO JR, Norval et al (org.). *Os símbolos vivem mais que os homens: ensaios de comunicação, cultura e mídia*. São Paulo: Annablume, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.